

ILUSTRÍSSIMO (A), PREGOEIRO (A) DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO – RJ, ou QUEM SUAS VEZES O FIZER.

1

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 92/2022**  
**PROCESSO N.º 2749/2022**

ALMEIDA SARMENTO & CIA. LTDA., empresa paraibana com sede à Praça João Pessoa, 27 – Centro - CEP 58013-140 - João Pessoa (PB), com CNPJ 12.681.342/0001-01, localizada na Praça João Pessoa, 27 – Centro, CEP 58013-140 – João Pessoa (PB), telefone: 83.3506.5417, e-mail: [licitacao@smartlabb.com.br](mailto:licitacao@smartlabb.com.br), de sua representante Michelle Valois Sarmento, brasileira, casada, empresária, residente na Av. Gen. Edson Ramalho, 627, apto. 401 – Manaíra – CEP 58038-100 – Manaíra – João Pessoa – PB, inscrita no CPF sob nº 036.572.674-50 e RG nº 2.257.969 - SSP – PB, vem, com fulcro no § 2º, do art. 41, da Lei nº 8666/93, em tempo hábil, à presença de Vossa Excelência a fim de solicitar

<b>IMPUGNAÇÃO AO EDITAL</b>
-----------------------------

**IMPUGNAR**

os termos do Edital em referência, que adiante especifica, o que faz na conformidade seguinte:  
**Da tempestividade da solicitação** o item 21.1 do edital diz:

*"21.1. As impugnações e solicitações de esclarecimentos aos termos do edital deverão ser dirigidas ao PREGOEIRO, até 03 (três) dias úteis da data fixada para abertura da sessão pública, mediante petição que deve ser encaminhada por meio do e-mail [licitacao@ssalto.rj.gov.br](mailto:licitacao@ssalto.rj.gov.br)."*

**DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO**

Preliminarmente queremos parabenizar a equipe que elaborou o edital, de fácil leitura e entendimento. No entanto, um pregão para um possível fornecimento de um quantitativo elevado de óculos prontos, salvo melhor juízo, deveria exigir que as empresas participantes demonstrassem ter qualificação pra assumir um projeto de tal envergadura e queremos sugerir que seja exigido que as empresas apresentem possuir para seu legal funcionamento os documentos e licenças previstos na legislação que regulamente a categoria do Comércio Varejista de artigos de óptica e de Serviço de laboratório óptico. .



## DOCUMENTAÇÕES TÉCNICAS NÃO EXIGIDAS NO EDITAL

### SOLICITA-SE O CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO DECRETO Nº 24.492, DE 28 DE JUNHO DE 1934.

O Decreto acima informado vincula instruções sobre o Decreto nº 20.931, de 11 de janeiro de 1932, no que concerne a comercialização de lentes de grau pelas óticas.

Assim diz o dispositivo legal:

*“Art. 1º - A fiscalização dos estabelecimentos que vendem lentes de grau em todo o território da República é regulada na forma dos artigos 3, 39, 41 e 42 do decreto 20.931, de 11 de janeiro de 1932 e exercida, no Distrito Federal, pela Inspetoria de Fiscalização do Exercício da Medicina, da Diretoria Nacional da Saúde e Assistência Médico-Social por intermédio do Serviço de Profilaxia das Moléstias Contagiosas dos Olhos, e nos Estados ficará a cargo das repartições sanitárias estaduais competentes.*

*Art. 4º - Será permitida, a quem requerer, juntando prova de competência e de idoneidade, habilitar-se a ser registrado como ótico na Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Social, ou nas repartições de higiene estaduais, depois de prestar exames perante peritos designado para esse fim pelo Diretor da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social, no Distrito Federal, ou pela autoridade sanitária competente nos Estados.*

*Art. 6º - Para obtenção da autorização ou licença respectiva, o estabelecimento comercial é obrigado a possuir.*

*I - no mínimo, um óptico prático, de acordo com o artigo 4º deste decreto.”*

Analisando o Art. 6º, torna-se obrigatório a **exigência de um técnico óptico habilitado**. Ou seja, diplomado. Logo faz necessário para que esse edital atenda todos os requisitos legais que solicite que a empresa licitante disponha de um técnico óptico habilitado.

Complementando a obrigatoriedade da exigência do técnico óptico leia-se o que diz o **Decreto Federal nº 77.052 de 19 de Janeiro de 1976:**

Assim diz o dispositivo legal:

*Art. 1º - A verificação das condições de exercício de profissões e ocupações técnicas e auxiliares relacionadas diretamente com a saúde, por parte das autoridades sanitárias dos órgãos de fiscalização das Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios Federais, obedecerá em todo o território nacional, ao disposto neste Decreto e na legislação estadual.*

*Art. 2º - Para cumprimento do disposto neste Decreto as autoridades sanitárias mencionadas no artigo anterior, no desempenho da ação fiscalizadora, observarão os seguintes requisitos e condições:*

*I - Capacidade legal do agente, através do exame dos documentos de habilitação inerentes ao seu âmbito profissional ou ocupacional, compreendendo as formalidades intrínsecas e extrínsecas do diploma ou certificado respectivo, tais como, registro expedição por estabelecimento de ensino que funcionem oficialmente de acordo com as nor-*



*mas leis e regulamentares vigentes no País e inscrição dos seus Titulares, quando for o caso, nos Conselhos Regionais pertinentes, ou em outros órgãos competentes previstos na legislação federal básica de ensino.*

*II – Adequação das condições do ambiente onde se processa a atividade profissional, para a prática das ações que visem à promoção, proteção e recuperação da saúde.*

*III – Existência de instalações, equipamentos e aparelhagem indispensáveis e condizentes com as suas finalidades, e em perfeito estado de funcionamento.*

### **Convênio com Laboratório óptico e existência de Técnico Óptico**

Não tendo a ótica um laboratório próprio, necessariamente a licitante deverá apresentar contrato de prestação de serviços com o laboratório que tenha alvará de licença sanitária, bem como técnico próprio, pois a exigência para os laboratórios ópticos continua vigente.

Certificado de Habilitação Legal na forma da lei da empresa licitante, comprovando sua capacidade profissional perante o Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria.

Apresentar comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista no preâmbulo deste edital, composta de no mínimo 01 (um) profissional nível superior ou de nível técnico, devidamente habilitado pelo respectivo conselho profissional, que é responsável diretamente pela execução dos serviços. Entende-se como pertencente ao quadro permanente: sócio, diretor, empregado ou contratado. A comprovação de vinculação ao quadro permanente da licitante deveria ser feita:

- a) Para sócio, mediante a apresentação do estatuto social/contrato social e seus aditivos.
- b) Para diretor, mediante a apresentação da ata de eleição e posse da atual diretoria, devidamente registrada junto ao órgão competente.
- c) Se o profissional integrante da equipe técnica não for sócio e/ou diretor da empresa, a comprovação se dará mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou contrato de prestação de serviços devidamente assinado e celebrado na forma da lei.s

### **Atestados de Capacidade Técnica**

Nos Atestados de capacidade técnica fornecida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o bom desempenho da empresa (qualidade e cumprimento de prazo) com seus clientes, o(s) qual(is) deverá(ão) especificar a(s) quantidade(s) fornecida(s), cuja soma dos atestados deverá contabilizar no mínimo 30% (trinta por cento) do total solicitado neste Edital, para cada ITEM.

## DO PEDIDO

Diante do esclarecido, requeremos:

- a) Que sejam acrescentadas as alterações exigidas pelas legislações específicas que regem as matérias acima citadas.
- b) Se a licitante não tiver laboratório próprio e se for apenas ótica, que tenha um contrato de prestação de serviços com um laboratório óptico devidamente licenciado pela vigilância sanitária e que tenha técnico óptico devidamente contratado ou participante do quadro societário da empresa.
- c) Solicitar do Laboratório Óptico terceirizado, a Licença Sanitária, Diploma do técnico óptico habilitado e comprovação que o técnico óptico faça parte do quadro de funcionários do laboratório óptico.
- d) Diploma ou certificado de Técnico Óptico da empresa licitante
- e) Certificado de Habilitação Legal na forma da Lei da empresa licitante, comprovando sua capacidade profissional perante o Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria.
- f) Que as empresas comprovem a vinculação do técnico óptico com a empresa licitante através de Carteira de Trabalho, Contrato de Trabalho ou participante do quadro societário da empresa licitante;
- g) Que o técnico óptico tenha carteira expedida pelo CBOO – Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria.
- h) Que a soma dos quantitativos dos Atestados de Capacidade Técnica contabilizem, no mínimo, 30% (trinta por cento) do total solicitado em cada item que o licitante saia como vencedor.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento

João Pessoa (PB), 05 de outubro de 2022.



ALMEIDA SARMENTO & CIA. LTDA.

CNPJ 12.681.342/0001-01

Michelle Valois Sarmiento

CPF 036.572.674-50 RG 2.257.969 SSP – PB